

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIRÁ/SP



CADERNO DE QUESTÕES - PROVA OBJETIVA
CONCURSO PÚBLICO - EDITAL N.º 01/2022

ANALISTA DE AÇÕES INSTITUCIONAIS

PROVA I

Leia com atenção as instruções abaixo:

1. Você está recebendo o seguinte material:
 - a) Um caderno de questões com 40 questões objetivas com 4 opções de resposta.
 - b) Um cartão-resposta destinado às respostas das questões objetivas.
2. Verifique se este material está completo. Caso contrário solicite outro ao fiscal aplicador, pois não serão aceitas reclamações posteriores.
3. Para a realização das provas, o candidato deverá portar caneta esferográfica de tinta azul ou preta.
4. Para cada questão existe apenas uma resposta correta. A marcação em mais de uma alternativa anula a questão.
5. No cartão-resposta, a marcação das letras correspondentes às respostas de sua opção deve ser feita preenchendo todo o espaço compreendido no círculo, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta.
6. O único documento válido para correção é o cartão-resposta, por isso, tenha muito cuidado com o mesmo para não dobrar, amassar ou manchar, pois não serão substituídos.
7. Observe com atenção o número de sua inscrição, seu nome e função no cartão-resposta, e a função no caderno de questões para certificar-se que eles estão corretos.
8. Você terá 03 (TRES) horas para responder às questões de múltipla escolha e preencher o cartão-resposta.
9. Quando terminar, entregue ao fiscal responsável o cartão-resposta assinado e anote o tipo de prova em listagem específica para este fim.
10. A previsão de publicação do gabarito oficial é de até TRÊS dias úteis após a aplicação das provas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

1. A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) estabelece diretrizes importantes e obrigatórias para a coleta, processamento e armazenamento de dados pessoais. Acerca do tratamento dos dados realizado para fins exclusivos de segurança pública; defesa nacional; segurança do Estado e atividades de investigação e repressão de infrações penais é possível afirmar que:

- a) O tratamento dos dados por pessoa jurídica de direito privado só será admitido em procedimentos sob a tutela de pessoa jurídica de direito público.
- b) Em nenhum caso a totalidade dos dados pessoais de banco de dados poderá ser tratada por pessoa de direito privado.
- c) Será regido por legislação específica, que deverá prever medidas proporcionais e estritamente necessárias ao atendimento do interesse público, observados o devido processo legal, os princípios gerais de proteção e os direitos do titular previstos na LGPD.
- d) Os dados pessoais não poderão ser tratados em sua totalidade por pessoas jurídicas de direito privado, não incluídas as controladas pelo Poder Público.

2. Nos termos do Art. 55-C da LGPD, a Autoridade Nacional de Proteção de Dados, é composta de, exceto:

- a) Órgão de assessoramento jurídico próprio.
- b) Corregedoria.
- c) Procuradoria.
- d) Ouvidoria.

3. Acerca do Conselho Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade e segundo a Lei nº 13.709/2018, o mesmo será composto por representantes, titulares e suplentes, dos seguintes órgãos:

- a) 3 (três) de entidades representativas do setor laboral.
- b) 3 (três) de confederações sindicais representativas das categorias econômicas do setor produtivo.
- c) 2 (dois) do Conselho Nacional de Justiça.
- d) 2 (dois) do Comitê Gestor da Internet no Brasil.

4. Consideração a Lei de acesso a informações, analise as assertivas a seguir:

- I. Quando se tratar de informações essenciais à tutela de direitos fundamentais, os órgãos ou entidades públicas deverão encaminhar ao Ministério Público os pedidos de informação indeferidos acompanhados das razões da denegação.
- II. Os órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público informarão ao Conselho Nacional de Justiça e ao Conselho Nacional do Ministério Público, respectivamente, as decisões que, em grau de recurso, negarem acesso a informações de interesse público.
- III. Negado o acesso à informação e improvido o recurso, os órgãos e entidades públicas deverão informar aos Tribunais de Contas a cuja fiscalização estiverem submetidos os pedidos de informação indeferidos, acompanhados das razões da denegação, quando se tratar de matéria sujeita à fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial das referidas Cortes.

- IV. No caso de indeferimento de acesso a informações ou às razões da negativa do acesso, poderá o interessado interpor recurso contra a decisão no prazo de 10 (dez) dias a contar da sua ciência.

Estão incorretas:

- a) I, II e III.
- b) I, III e IV.
- c) II e IV.
- d) I e III.

5. A informação em poder dos órgãos e entidades públicas, observado o seu teor e em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado, poderá ser classificada como ultrassecreta, secreta ou reservada. Nos termos do Art. 24 da Lei 12.527/2011, os prazos máximos de restrição de acesso à informação vigoram a partir da data de sua produção e são os seguintes:

- a) ultrassecreta: 100 (cem) anos.
- b) ultrassecreta: 25 (vinte e cinco) anos.
- c) secreta: 25 (vinte e cinco) anos.
- d) secreta: 20 (vinte) anos.

6. Nos termos da Lei de Acesso a Informação, assinale a alternativa incorreta acerca do serviço de busca e de fornecimento de informação:

- a) O órgão ou a entidade poderá cobrar exclusivamente o valor necessário ao ressarcimento dos custos dos serviços e dos materiais utilizados, quando o serviço de busca e de fornecimento da informação exigir reprodução de documentos pelo órgão ou pela entidade pública consultada.
- b) O serviço de busca e de fornecimento de informação é gratuito.
- c) O serviço de busca e de fornecimento de informação é gratuito, salvo nas hipóteses de reprodução de documentos pelo órgão ou entidade publicada consultada.
- d) Estará isento de ressarcir os custos dos serviços e dos materiais utilizados, quando o serviço de busca e de fornecimento da informação exigir reprodução de documentos pelo órgão ou pela entidade pública consultada aquele cuja situação econômica não lhe permita fazê-lo sem prejuízo do sustento próprio ou da família.

7. Sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, ditadas na Lei Complementar 95/1998, analise as afirmativas e assinale V para verdadeiro e F para falso.

- () A lei será estruturada em três partes básicas parte normativa, compreendendo o texto das normas de conteúdo substantivo relacionadas com a matéria regulada.
- () O preâmbulo indicará o órgão ou instituição competente para a prática do ato e sua base legal.
- () Quando necessária a cláusula de revogação, desta deverá indicar

- a) V; V; F.
- b) V; V; V.
- c) V; F; F.
- d) F; V; F.

8. Acerca das alterações da lei, que trata a Lei Complementar 95/1998, assinale a alternativa que preencha corretamente a lacuna:

“É _____ a reordenação interna das unidades em que se desdobra o artigo, identificando-se o artigo assim modificado por alteração de redação, supressão ou acréscimo com as letras ‘NR’ maiúsculas, entre parênteses, uma única vez ao seu final, obedecidas, quando for o caso, as prescrições da alínea “c”.

- a) Ilícito.
- b) Obrigatório.
- c) Vedado.
- d) Admissível.

9. A Lei nº 14.129/2021 dispõe sobre princípios, regras e instrumentos para o aumento da eficiência da administração pública, especialmente por meio da desburocratização, da inovação, da transformação digital e da participação do cidadão. Esta Lei aplica-se, exceto:

- a) Às entidades da administração pública indireta federal.
- b) Fundações públicas.
- c) Empresas públicas e sociedades de economia mista, suas subsidiárias e controladas, que não prestem serviço público.
- d) Às administrações diretas e indiretas dos demais entes federados.

10. Segundo o Art. 29 da Lei nº 14.129/2021, na promoção da transparência ativa de dados, o poder público deverá observar os seguintes requisitos, exceto:

- a) Designação clara, disponibilizados os dados de contato, de unidade responsável pela publicação, pela atualização, pela evolução e pela manutenção de cada base de dados aberta, incluída a prestação de assistência quanto ao uso dos dados.
- b) Atualização periódica, mantido o histórico, de forma a garantir a perenidade de dados, a padronização de estruturas de informação e o valor dos dados à sociedade e a atender às necessidades de seus usuários,
- c) Completude de bases de dados, as quais devem ser disponibilizadas em sua forma primária, com o maior grau de granularidade possível, ou referenciar bases primárias, quando disponibilizadas de forma agregada.
- d) Descrição das bases de dados com informação suficiente sobre estrutura e semântica dos dados, inclusive quanto à sua qualidade e à sua integridade.

11. A CF/88 prevê, em seu art. 37, § 3º, I, que os usuários dos serviços públicos devem ter meios de “participação” na Administração Pública. Uma das formas de participação é a possibilidade de fazer reclamações a respeito da qualidade dos serviços públicos. A Lei nº 13.460/2017 tem por objetivo, dentre outros, o de regulamentar esse dispositivo constitucional. Considerando os referidos dispositivos legais, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) O usuário de serviço público tem direito eliminação de formalidades e de exigências cujo custo econômico ou social seja superior ao risco envolvido.
- b) Os serviços públicos e o atendimento do usuário serão realizados de forma adequada, observados os princípios da regularidade, continuidade, efetividade, segurança, atualidade, generalidade, transparência e cortesia.

c) A Lei nº 13.460/2017 é aplicada, subsidiariamente, aos serviços públicos prestados por particular.

d) O usuário de serviço público tem direito à autenticação de documentos pelo próprio agente público, à vista dos originais apresentados pelo usuário, sendo expressamente vedada a exigência de reconhecimento de firma.

12. Quando a lei fala em “manifestações”, isso significa reclamações, denúncias, sugestões, elogios e demais pronunciamentos feitos pelos usuários que tenham como assunto a prestação de serviços públicos e a conduta de agentes públicos na prestação e fiscalização de tais serviços. Acerca deste tema analise as afirmativas abaixo:

- I. A manifestação será dirigida à ouvidoria do órgão ou entidade responsável.
- II. A manifestação poderá ser feita: por meio eletrônico ou por correspondência convencional
- III. No caso de manifestação por meio eletrônico, respeitada a legislação específica de sigilo e proteção de dados, poderá a administração pública ou sua ouvidoria requerer meio de certificação da identidade do usuário.

Estão corretas:

- a) Todas as alternativas.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) II e III.

13. Com o objetivo de permitir maior controle da efetividade do município, ajustado pelos modelos matemáticos aplicados no MANUAL IEG-M 2023 – TCESP, e considerando a necessidade de implemento de controles constitucionais e legais no IEG-M/TCESP, ficam observadas as seguintes regras para aplicação das faixas de resultado, exceto:

- a) DIMINUIÇÃO DE 01 (UM) GRAU NA NOTA GERAL DO I-FISCAL/TCESP: quando a despesa com pessoal do Poder Executivo ultrapassar o limite de 54%;
- b) DIMINUIÇÃO DE 01 (UM) GRAU NA NOTA GERAL DO I-EDUC /TCESP: quando não ocorrer o atingimento da aplicação do FUNDEB Profissionais de Educação de 75% com os Profissionais da Educação no exercício avaliado;
- c) DIMINUIÇÃO DE 01 (UM) GRAU NA NOTA GERAL DO I-FISCAL/TCESP: quando as Operações de Crédito Realizadas ultrapassarem Despesas de Capital Liquidadas no exercício;
- d) DIMINUIÇÃO DE 01 (UM) GRAU NA NOTA GERAL DO I-EDUC /TCESP: quando não ocorrer o atingimento da aplicação do FUNDEB de 90% no exercício avaliado;

14. Em 2017, o governo do então presidente Michel Temer instituiu a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. O Decreto no 9.203, de 2017, apresenta uma lista sintética de princípios e diretrizes de governança, sendo eles, exceto:

- a) Transparência.
- b) Integridade.
- c) Autotutela.
- d) Confiabilidade.

15. O Decreto nº 9.203, de 2017, em seu art. 8º, prevê a criação do CIG (Comitê Interministerial de Governança), órgão colegiado responsável pelo assessoramento do presidente da República na condução da política de governança da administração pública federal. Cabe ao Comitê, exceto:

- a) Garantir a coerência de políticas de governança vinculadas a temas específicos.
- b) Expedir resoluções necessárias ao exercício de suas competências.
- c) Definir medidas, mecanismos e práticas organizacionais que permitam a implementação dos princípios e diretrizes de governança.
- d) Acompanhar a evolução da aplicação das suas recomendações e de outras iniciativas que busquem melhorar a governança.

LÍNGUA PORTUGUESA

16. Assinale a assertiva em que a palavra é formada pelo processo de hibridismo:

- a) sambódromo.
- b) euforia.
- c) ambidestro.
- d) perfurar.

17. Quanto ao processo de formação de palavras, assinale a assertiva correta

- a) desonra – derivação sufixal.
- b) desalmado – derivação parassintética.
- c) atraso – derivação prefixal.
- d) paraquedas – aglutinação.

Arte, cultura e patrimônio para quem?

Eu não sei você, mas nunca tive a honra de ser convidada a conhecer o terceiro andar do Palácio do Planalto. Mesmo se tivesse, não saberia identificar, no fino desenho talhado na madeira, que o relógio no corredor se tratava de uma rara peça de relojoaria de Martinot, com traçado de André-Charles Boulle. Se alguma pessoa mais versada nos sinuosos caminhos da mobília francesa me contasse tais detalhes, acrescentando, ainda, que se tratava de um presente de Luís XIV, rei da França, a D. João VI, rei de Portugal, que o trouxe para o Brasil com vinda da corte portuguesa, em 1808, minha resposta não poderia ser outra: e o que é que um símbolo do pacto colonial entre duas monarquias escravocratas faz adornando a capital da República?

Que nenhum curador de arte do Palácio do Planalto jamais tenha feito essa pergunta é um sintoma do traço que permanece entre as transições do poder pelas quais passou nosso país em mais de 500 anos de história: nunca houve ruptura da hegemonia branca nos espaços de poder e, por consequência, nos espaços que definem o que é arte, o que é cultura, o que é patrimônio. Antes que me acusem de fazer apologia da destruição de obras de valor "inestimável": não faço, absolutamente. Quero, apenas, chamar a atenção para a disputa de narrativa acerca dos símbolos de poder em uma democracia. O que se propõe é a democratização do acesso e da oportunidade de fruição, pela sociedade, da arte produzida e preservada historicamente pelas elites econômicas.

Há uma longa distância entre celebrar e apreciar o valor da história e da técnica de uma obra de arte de 200 anos e elegê-la como mártir de um atentado violento à democracia brasileira, como têm feito alguns discursos que em muito se assemelham ao que poderiam defender, sem pudor, os monarquistas que ocuparam a Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) no Rio de Janeiro, nos últimos anos.

A leitura crítica do patrimônio cultural de origem colonial é um dos desafios impostos à política de educação patrimonial a ser fortalecida pelo Estado brasileiro a partir dos acontecimentos em 8 de janeiro. Quantas obras de artistas negros foram selecionadas pela curadoria de arte dos Palácios dos Três Poderes? Por que não convidar os artistas negros a representar os próprios sonhos e aspirações?

Dos escombros de mais uma grave afronta à democracia surge a oportunidade de avançar no compromisso simbólico firmado na passagem da faixa ao novo presidente, que a recebeu do povo brasileiro. O povo brasileiro quer subir a rampa, quer entrar no palácio e, ao entrar, quer se deparar também com representações de suas celebrações e corpos que sejam mais do que a interpretação erudita de uma beleza e de uma alegria exóticas, essencialistas.

Di Cavalcanti começou a pintar aos 11 anos — a quantos jovens brasileiros é dada a mesma oportunidade? Quantos poderão acompanhar e aprender com o trabalho de restauro das obras destruídas? Quantos deles não serão brancos? Considerando a relevância do movimento modernista na renovação das diversas expressões artísticas brasileiras, que crítica se faz à exclusão de artistas negros de um movimento de vanguarda que se propôs construir uma nova identidade nacional?

São perguntas incômodas para um momento de crise, mas que devem ser feitas, sob o risco de que a restauração do patrimônio cultural destruído por atos de terrorismo seja também a restauração de uma narrativa conhecida sobre o valor de uma arte excludente, elitista, cuja apreciação e fruição é para poucos privilegiados. É também nesse vácuo de participação social e de identificação entre os símbolos do poder e a vida vivida pela população, que o fascismo sabe tão bem manipular, que cresce o ódio que culminou nas cenas que nos abateram naquele triste domingo.

O patrimônio cultural acautelado pelo Iphan é de todos, na letra na lei, mas é preciso, ainda, que seja para todos, não como imposição estética das elites ao povo que se pretende "educar", mas como construção coletiva, que não apague a memória dos vencidos e dos explorados em nome da conservação de bens "inestimáveis".

A vinda da família real portuguesa para o Brasil, além de trazer nos cofres mobília francesa, triplicou, em 13 anos, o número de africanos e afrodescendentes escravizados no país. Diante da necessidade de elencar prioridades de gastos do governo federal, talvez a restauração do relógio de Martinot possa aguardar o socorro ao Cais do Valongo, no Rio de Janeiro, que, não por acaso, passou os últimos quatro anos — também — sob ataque de bolsonaristas extremistas e raivosos.

(FERREIRA, Bruna da Silva. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/opiniaao/2023/02/5071292-artigo-arte-cultura-e-patrimonio-para-quem.html>)

18. O texto acima pode ser classificado, predominantemente, como:

- a) crônica.
- b) artigo de opinião.
- c) conto.
- d) resenha.

19. Em relação às ideias do texto, a autora:

- a) parte de um fato de conhecimento público para fazer reflexões acerca de suas experiências pessoais na capital.
- b) parte de um fato de conhecimento público para argumentar a favor dos atos ocorridos em 8 de janeiro.
- c) parte de um fato de conhecimento público apenas para se mostrar a favor do atual governo.
- d) parte de um fato de conhecimento público para fazer reflexões e críticas acerca do acesso à cultura.

20. Acerca do trecho “O que se propõe é a democratização do acesso e da oportunidade de fruição, pela sociedade, da arte produzida e preservada historicamente pelas elites econômicas”, assinale a assertiva incorreta:

- a) “o que se propõe” é uma oração subordinada substantiva.
- b) “elites econômicas” pode ser substituído por “natas econômicas”, sem prejuízo para a coerência textual.
- c) “fruição” pode ser substituído por fluidez, sem prejuízo para a coerência textual.
- d) “pela sociedade” relaciona-se diretamente com “fruição”.

21. Em relação ao trecho “Quantas obras de artistas negros foram selecionadas pela curadoria de arte dos Palácios dos Três Poderes? Por que não convidar os artistas negros a representar os próprios sonhos e aspirações?”, assinale a assertiva correta:

- a) “selecionadas” pode ser substituído por “selecionados” sem prejuízo para a correção gramatical.
- b) “foram” é uma forma irregular do verbo “ir”.
- c) a preposição “a” pode ser substituída por “para” sem prejuízo para a correção gramatical.
- d) “Por que” pode ser substituído por “Por quê” sem prejuízo para a correção gramatical.

22. Considere o seguinte trecho: “É também nesse vácuo de participação social e de identificação entre os símbolos do poder e a vida vivida pela população, que o fascismo sabe tão bem manipular, que cresce o ódio que culminou nas cenas que nos abateram naquele triste domingo”. Assinale a assertiva correta:

- a) As vírgulas após “população” e “manipular” poderiam ser substituídas por travessões sem prejuízo para a correção do texto.
- b) As vírgulas após “população” e “manipular” poderiam ser retiradas sem acarretar alteração de sentido no texto.
- c) “cresce” e “manipular” têm o mesmo sujeito.
- d) A vírgula após “manipular” pode ser retirada sem prejuízo para a correção gramatical.

23. Quanto à classificação dos substantivos, assinale a assertiva correta:

- a) jacaré – epiceno.
- b) dentista – sobrecomum.
- c) gênio - comum de dois gêneros.
- d) pessoa – epiceno.

24. “ _ semelhança dos filhotes de lobo, _ mulheres precisam de uma iniciação semelhante [...]. Muitas mulheres não chegam _ receber os ensinamentos básicos _ respeito de predadores que _ mãe loba dá aos filhotes [...]”. Acerca desse trecho, assinale a assertiva correta:

- a) À – as – à – a – a.
- b) A – às – a – a – a.
- c) A – as – a – à – à.
- d) À – as – a – a – a.

25. Em “O casamento nos contos de fadas simboliza a procura de um novo status”, caso passássemos o verbo para a voz passiva, mantendo o sentido original da frase, a forma correta seria:

- a) é simbolizada.
- b) é simbolizado.
- c) simbolizaria.
- d) simbolizar-se-á.

MATEMÁTICA

26. Das alternativas abaixo, qual apresenta uma matriz quadrada de ordem 2:

- a) $A = \begin{bmatrix} -1 & 1 & 0 \\ 1 & -1 & 1 \end{bmatrix}$.
- b) $B = \begin{bmatrix} 6 & 216 \\ -6 & 36 \end{bmatrix}$.
- c) $C = \begin{bmatrix} 2 & 4 \\ 6 & 8 \\ 10 & 12 \end{bmatrix}$.
- d) $D = \begin{bmatrix} 5 \\ 2 \\ 8 \end{bmatrix}$.

27. Em uma progressão aritmética, sabe-se que o primeiro termo é dado por 4 e a razão é dada por 6. Então, o décimo primeiro termo dessa progressão aritmética, é:

- a) 70.
- b) 68.
- c) 64.
- d) 60.

28. Em um jogo de baralho, Igor pegou uma carta ao acaso, sem olhar. A probabilidade de Igor ter pego uma carta, onde a mesma é dois de paus, é de:

- a) $\frac{1}{52}$.
- b) $\frac{1}{13}$.
- c) $\frac{2}{13}$.
- d) $\frac{1}{26}$.

29. Qual das alternativas abaixo, qual apresenta um divisor do número 5 580:

- a) 11.
- b) 13.
- c) 14.
- d) 15.

30. Em um pote foram colocados 4 biscoitos de morango, 8 biscoitos de chocolate e 26 biscoitos de baunilha. A razão entre o número de biscoitos de morango pelo total de biscoitos, é de aproximadamente:

- a) 0,95.
- b) 0,11.
- c) 0,28.
- d) 0,3.

31. A solução da equação do primeiro grau $0,2x + 18 = -6$, é:

- a) 24.
- b) 62.
- c) -120 .
- d) -28 .

32. O perímetro de um balcão retangular de comprimento medindo 3,7 m e largura 2,6 m, é de:

- a) 9,62 m.
- b) 12,6 m.
- c) 14,2 m.
- d) 15,9 m.

33. Uma menina comprou cinco blusas e três shorts. De quantas formas ela pode combinar essas peças:

- a) 10.
- b) 12.
- c) 15.
- d) 18.

34. Samuel plantou uma laranjeira na casa de sua avó, quando criança. Passando-se alguns anos, ele colheu 26 laranjas em janeiro, 85 laranjas em fevereiro, 39 laranjas em março e 49 laranjas em abril. O total de laranjas que ele colheu, nesse tempo, foi de:

- a) 187.

- b) 199.
- c) 204.
- d) 213.

35. A idade do filho mais novo de Giovane é um divisor do número 459. Das alternativas, qual apresenta a idade de seu filho:

- a) 6.
- b) 7.
- c) 8.
- d) 9.

CONHECIMENTOS GERAIS

36. Antes do Brasil ter declarado independência de Portugal, houveram vários movimentos e revoltas separatista, sendo Inconfidência Mineira, uma revolta organizada pela elite mineira, que teve como principal motivo:

- a) O fim da escravidão.
- b) Insatisfação com as desigualdade sociais.
- c) Nomeação de um governante que favorecia a elite mineira.
- d) Insatisfação com a política fiscal determinada pela Coroa Portuguesa.

37. O Brasil é formado por uma variedade de biomas, sendo o Bioma Pampa, composto por gramíneas e vegetação de pequeno porte e existente somente na região brasileira:

- a) Norte.
- b) Nordeste.
- c) Sul.
- d) Sudeste.

38. O Brasil é lidera o ranking dos campeões de Copas do Mundo, com cinco vitórias. Os países que representam o segundo e terceiro lugar, respectivamente, são:

- a) Espanha e Argentina.
- b) Itália e Alemanha.
- c) França e Espanha.
- d) Uruguai e França.

39. O atual presidente Luiz Inácio da Silva, escolheu para compor Ministério da Educação, do Meio Ambiente e do Planejamento, respectivamente os seguintes nomes:

- a) Renan Filho, Simone Tebet e Marina Silva.
- b) Marina Silva, Camilo Santana e Simone Tebet.
- c) Fernando Haddad, Renan Filho e Marina Silva.
- d) Camilo Santana, Marina Silva e Simone Tebet.

40. A Organização Do Tratado Atlântico Norte (OTAN), é uma organização que, cujos seus membros fornecem auxilio mutuo em termos políticos e militares e atualmente é composto por:

- a) 30 países.
- b) 50 países.
- c) 45 países.
- d) 25 países.